

Tradução da “Carta ao lorde Ellenborough”, de Percy Bysshe Shelley

Ludmila Menezes Zwick¹
Renato Zwick²

Apresentação

A carta ao lorde Ellenborough (1790-1871), escrita pelo poeta Percy Bysshe Shelley (1792-1822) em maio de 1812 em defesa de Daniel Isaac Eaton (1753-1814), condenado pela publicação da terceira parte de *A idade da razão*, de Thomas Paine (1737-1809), representa o posicionamento de um cidadão cuja arma, a escrita, o colocou em situações difíceis ao longo da vida. No ano anterior, Shelley já havia sido expulso de Oxford pelas opiniões expressas no texto *A necessidade do ateísmo*, e agora, nesta carta, o autor não apenas sai em defesa da liberdade de expressão de Eaton, que também pagou várias penas ao longo da vida, mas também de Paine. Thomas Paine é caro aos que se manifestam em favor da liberdade de abdicar da crença religiosa, e embora tenha sido exaltado num período de sua vida, viveu seus últimos dias na obscuridade; perderam-se inclusive seus restos mortais. Tendo participado das duas grandes revoluções de seu tempo – a norte-americana e a francesa –, compreende-se o porquê de

¹ Doutora em Letras (Literatura e Cultura Russa) pela Universidade de São Paulo e Mestra em Estética e História da arte pela mesma instituição. E-mail: apuslynx@gmail.com

² Mestre em Letras (Língua e Literatura Alemã) pela Universidade de São Paulo. E-mail: renatozwick@hotmail.com

tamanha reação do lorde Ellenborough à panfletagem de Eaton. Foi Paine o autor de obras-chave como *Senso comum* (publicado nos Estados Unidos em 1776) e *Os direitos do homem* (cujas primeiras partes foram publicadas na Inglaterra em 1791, e a segunda, em 1792), ambas com milhares de exemplares vendidos. Outras obras suas de radicalismo político são a *Dissertação sobre os primeiros princípios do governo e da justiça agrária* e *A era da razão*, ambas de 1795; para Paine, o homem apenas poderia esperar que o governo o deixasse em paz, já que este teria sido formado pela maldade humana. A seu ver, a primogenitura própria da aristocracia (esse monstro), com seus legisladores hereditários, seria tão ridícula quanto a existência de matemáticos hereditários. Além disso, julgava que a riqueza não era um atestado de caráter moral e que a miséria não deveria ser tolerada com normalidade.

Defender alguém como Eaton, um divulgador das obras de Paine – autor que contribuiu tão intensamente para a democracia, mas que era tão malvisto e odiado que muitos desejavam nada menos que sua morte por enforcamento –, era uma atitude extremamente arriscada, mas Shelley pagou o preço, tendo sofrido retaliações em sua carreira literária, com o boicote de suas publicações e as consequentes e seriíssimas dificuldades financeiras.

Carta ao lorde Ellenborough³

Advertência

Aguardei impacientemente nesses últimos quatro meses, na esperança de que alguma pena, mais apta à importante tarefa, me poupasse do arriscado prazer de me tornar o defensor de um homem inocente. – Isso pode servir como desculpa para o atraso

³ A ocasião que suscitou esta Carta Aberta foi a sentença de dezoito meses de prisão e uma hora no pelourinho proferida por lorde Ellenborough no caso de Daniel Isaac Eaton, em maio de 1812, pela publicação da terceira parte de *A era da razão*, de Paine. (N.E.)

àqueles que pensam que deixei passar a oportunidade mais adequada, mas não se deve supor que em quatro curtos meses possa ter se apaziguado a indignação pública suscitada pelo imerecido sofrimento de Eaton.

A carta

Milorde,

Como a posição à qual o senhor foi chamado por seu país é importante, tão mais excelsa é sua responsabilidade, tanto mais convém que o senhor preste atenção para não punir inadvertidamente o virtuoso e recompensar o perverso.

O senhor preside um tribunal que é instituído para a supressão do crime e à cuja autoridade o povo se submete sob nenhuma outra condição senão a de que seus decretos sejam concordes com a justiça.

Se fosse demonstrado que um juiz condenou um homem inocente, a mera existência de leis em conformidade com as quais o acusado seja punido pouco atenuaria o delito deste juiz. Quando queima um herege obstinado, o inquisidor poderá recorrer a um argumento semelhante, mas poucos são suficientemente cegados pela intolerância para reconhecer sua validade. Pouco valerá a tal juiz defender a política de punir quem não tenha cometido crime algum. Política e moralidade devem ser consideradas sinônimas em um tribunal de justiça, e aquele cuja conduta foi regulada pelo último princípio não está legitimamente sujeito a qualquer lei penal por uma suposta violação do primeiro. É verdade, milorde, que existem leis que são suficientes para protegê-lo das animadversões de qualquer poder constituído decorrentes da sentença imerecida que o senhor proferiu no caso do sr. Eaton; mas não há leis que o protejam da reprovação advinda da repulsa de uma nação, não há lei alguma que detenha o justo juízo da posteridade, caso essa posteridade se digne lembrar do senhor.

Com que direito o senhor pune o sr. Eaton? O que senão precedentes antiquados, coligidos dos tempos da dominação sacerdotal e tirânica, podem ser aduzidos na palição de um ultraje tão insultuoso à humanidade e à justiça? Quem ele feriu? Que crime cometeu? Por que não pode ele caminhar por aí como os outros homens e seguir suas ocupações costumeiras? Que fim se propõe o confinamento deste homem, acusado de cometer uma ação em nada desonrosa? Por que seu agressor se valeu do preconceito popular, e não retornou qualquer resposta senão uma de trivial menosprezo pela defesa da sinceridade pura e simples? Por fim, quando os preconceitos do júri, como cristãos, estavam forte e injustamente inflamados⁴ contra esse homem caluniado como deísta, por que o senhor, milorde, não verificou tais alegações inconstitucionais e solicitou que o júri declarasse o acusado inocente ou criminoso⁵ sem relação com a fé particular que professou?

Em nome da justiça, qual a resposta a essas questões? A resposta que a Atenas pagã fabricou para Sócrates é a mesma com a qual a Inglaterra cristã é forçada a tentar silenciar os defensores desse homem caluniado – “Ele questionou as opiniões estabelecidas”. – Ai de mim! O crime da indagação é um daqueles que a religião nunca perdoou. A fé irrestrita e a investigação destemida foram, em todas as eras, inimigas irreconciliáveis. A livre filosofia se opôs em todas as eras aos devaneios da credulidade e do fanatismo. – As verdades da astronomia demonstradas por Newton suplantaram a astrologia; desde as modernas descobertas na química, a pedra filosofal já não é mais considerada alcançável. Milagres de todo tipo tornaram-se raros em proporção aos princípios ocultos desenvolvidos por aqueles que estudam a natureza. O que é falso acabará sendo contestado por sua própria falsidade. O que é verdadeiro só precisa ser tornado público para ser reconhecido. Obter a admissão de uma proposição é sempre uma prova de que

⁴ Ver o discurso do procurador-geral.

⁵ Conforme o projeto de lei do sr. Fox (1791), os júris, em caso de calúnia, são juízes tanto da lei quanto do fato.

sua falsidade é sentida por aqueles que usam o poder e a coerção, não o raciocínio e a persuasão. – A falsidade se esconde em cantos e buracos, “deixa que o ‘não ousou’ acompanhe o ‘eu desejo’, como o pobre gato do adágio”⁶, exceto quando tem poder, e então, como é uma covarde, é uma tirana; mas o olho de águia da verdade se lança através do não ofuscado raio de sol do imutável e do justo, reunindo assim os meios para vivificar e iluminar um universo!

Por que, repito, o sr. Eaton é punido? – Porque ele é deísta? – E o que o senhor é, milorde? – Um cristão. Ah, aí está! A máscara caiu; o senhor o persegue porque a fé dele difere da sua. O senhor imita os perseguidores do cristianismo em suas ações, e é uma prova adicional de que sua religião é tão sangrenta, bárbara e intolerante quanto a deles. – Se algum beato deísta no poder (supondo tal figura para fins de ilustração) tivesse decretado, em épocas sombrias e bárbaras, uma lei que tornasse crime professar o cristianismo, se o senhor, milorde, fosse um livreiro cristão e o sr. Eaton um juiz, os argumentos que o senhor considera adequados para justificar-se pela sentença que proferiu devem igualmente ser suficientes, neste caso suposto, para justificar o sr. Eaton a sentenciá-lo a Newgate⁷ e ao pelourinho por ser um cristão. Onde provém qualquer direito senão daquele que o poder confere à perseguição? O senhor pensa em converter o sr. Eaton à sua religião amargurando a existência dele? O senhor pode forçá-lo pela tortura a professar seus princípios, mas ele poderia não acreditar neles, a não ser que o senhor os tornasse críveis, o que talvez exceda seu poder. O senhor pensa em agradar ao deus que venera com esta exibição do seu zelo? Se assim for, o demônio a quem muitas nações oferecem hecatombes humanas é menos bárbaro que a deidade da sociedade civilizada.

O senhor considera o homem um ser responsável – mas ele só pode ser responsável por aquelas ações que são influenciadas por sua vontade.

⁶ Shakespeare. [*Macbeth*, ato I, cena 7, fala de Lady Macbeth. O adágio em questão é: “o gato gosta de peixe, mas não quer molhar as patas”. (N.T.)]

⁷ Célebre prisão londrina, demolida em 1902-1903. (N.T.)

Crença e descrença são completamente distintas da volição e não relacionadas com ela. São a compreensão do acordo ou desacordo das ideias que compõem qualquer proposição. A crença é uma operação involuntária da mente, e, como outras paixões, sua intensidade é precisamente proporcional aos graus de excitação. A volição é essencial ao mérito ou ao demérito. Como então podem mérito ou demérito serem ligados ao que é distinto daquela faculdade da mente cuja presença é essencial para seu ser? Estou ciente de que a religião é fundada na voluntariedade da crença, pois faz dela assunto de recompensa e punição; contudo, antes de extingui-los o imutável raio da razão e do bom senso é conveniente que descubramos o que não podemos fazer sem a ajuda deles, se há ou não alguma outra coisa que possa nos guiar pelo labirinto da vida.

Se a lei *De heretico comburendo*⁸ não foi formalmente revogada, imagino que, graças à promessa mantida pelo zelo de vossa senhoria, não precisamos nos desesperar por ver as chamas da perseguição reacendidas em Smithfield. Mesmo agora, soam novamente o chicote que expulsou Descartes e Voltaire de seu país natal, as correntes que prenderam Galileu, as chamas que queimaram Vanini: – E onde? Em uma nação que presunçosamente denomina-se o santuário da liberdade. Sob um governo que, enquanto infringe o simples direito de pensamento e de fala, se orgulha de permitir a liberdade de imprensa; em um país civilizado e esclarecido, um homem é condenado ao pelourinho e preso porque é deísta, e ninguém levanta sua voz em indignação pela humanidade ultrajada. Então o deus cristão, a quem seus seguidores elogiam como a divindade da humildade e da paz; ele, o regenerador do mundo, o manso reformador, autoriza um homem a se levantar contra o outro, e, porque os lictores⁹ estão à sua disposição, a acorrentá-lo e torturá-lo como infiel?

⁸ “Da queima dos heréticos”, lei aprovada pelo parlamento inglês em 1401 que tinha como alvo específico os lollardos, seguidores de John Wycliffe. (N.T.)

⁹ Oficial que, na antiga Roma, acompanhava os magistrados com um molho de varas e uma machadinha para as execuções da justiça. (N.T.)

Quando os apóstolos foram ao estrangeiro para converter as nações, foram instados a apunhalar e envenenar todos os que não acreditavam na divindade da missão de Cristo; seguramente, não teriam sido mais defensíveis neste caso do que aquele que, no presente, executa a lei que inflige o pelourinho e o aprisionamento ao deísta.

Não tem o sr. Eaton o mesmo direito de chamar vossa senhoria de infiel que tens de aprisioná-lo por difundir uma doutrina diferente daquela que professas? – Que digo! – Não tem ele inclusive uma justificativa mais forte? – A palavra *infiel* só pode significar alguma coisa quando aplicada a uma pessoa que professa aquilo em que não crê. O teste da verdade é uma confiança indivisa em seus poderes inclusivos; – o teste da falsidade consciente é a variedade das formas sob as quais ela se apresenta, e sua tendência a empregar qualquer meio coercitivo pode estar sob seu comando a fim de obter a admissão do que é insuscetível de ser apoiado pela razão ou pela persuasão. Um observador desapassionado se sentiria mais fortemente interessado em favor de um homem que, fiando-se na verdade de suas opiniões, simplesmente declarasse suas razões para nutri-las do que em favor de seu agressor, que, atrevidamente declarando sua falta de vontade em respondê-las por meio de argumentos, continuou reprimindo a atividade e quebrando o espírito de seu divulgador mediante essa tortura e esse encarceramento cuja aplicação pôde ordenar.

Não hesito em afirmar que as opiniões que o sr. Eaton sustentou, ao passarem por aquele escárnio de processo presidido por vossa senhoria, parecem-me mais verdadeiras e boas do que as de seu acusador; – mas, fossem elas falsas como as visões de um calvinista, ainda seria dever daqueles que amam a liberdade e a virtude levantarem a voz indignadamente contra um reavivado sistema de perseguição, contra a repressão coercitiva de qualquer opinião que, se for falsa, carece apenas da oposição da verdade que, se for verdadeira, deve, a despeito da força, finalmente prevalecer.

O sr. Eaton afirmou que as escrituras eram, do começo ao fim, uma fábula e uma impostura¹⁰, que os apóstolos eram mentirosos e impostores. Ele negou os milagres, a ressurreição e a ascensão de Jesus Cristo. – Ele fez isso, e o procurador-geral negou as proposições que ele afirmou, e afirmou aquelas que ele negou. Que conclusão singular é dedutível desse fato? Nenhuma, senão que o procurador-geral e o sr. Eaton sustentaram duas opiniões opostas. O procurador-geral põe em vigor contra o sr. Eaton algumas leis obsoletas e tirânicas porque ele publica um livro que visa provar que certos eventos sobrenaturais, que supostamente ocorreram há dezoito séculos num canto remoto do mundo, na verdade não ocorreram. Mas como a verdade ou a falsidade dos fatos em disputa são relevantes para o mérito ou o demérito dos defensores das duas opiniões? Homem algum é responsável por sua crença, porque homem algum é capaz de dirigi-la. O sr. Eaton, portanto, é totalmente inocente. O que devemos pensar da justiça de uma sentença que pune um indivíduo a quem sequer se tentou ligar a menor mancha de criminalidade?

Afirma-se que as opiniões do sr. Eaton são calculadas para subverter a moralidade – como? Que verdade moral é mencionada com irreverência ou zombaria no livro que ele publicou? A moralidade, ou o dever de um homem e de um cidadão, baseia-se nas relações que surgem da associação de seres humanos e que variam de acordo com as circunstâncias produzidas pelos diferentes estados dessa associação. – Em situações semelhantes, esse dever tem de ser precisamente o mesmo em todas as eras e nações. – A opinião contrária a isso surgiu de uma suposição de que a vontade de Deus é a fonte ou o critério da moralidade: é evidente que o máximo empenho da onipotência não poderia tornar virtuoso o que na verdade é vicioso. Um demônio todopoderoso pode, indubitavelmente, vincular punições à virtude e recompensas ao vício, mas não poderia, por esses meios, ocasionar a menor mudança em suas naturezas abstratas e imutáveis. – A onipotência poderia variar, por uma interposição providencial, as

¹⁰ Ver a fala do procurador-geral.

relações da sociedade humana; – neste último caso, o que antes era virtuoso se tornaria vicioso, de acordo com o resultado necessário e natural da alteração; contudo, as naturezas abstratas dos princípios opostos não teriam experimentado a menor mudança; por exemplo, a punição com a qual a sociedade reprime o ladrão, o assassino e o violador é justa, louvável e necessária. Admiramos e respeitamos as instituições que refreiam aqueles que baldariam os fins para os quais a sociedade foi estabelecida; – mas, se uma coerção precisamente similar fosse exercida contra alguém que meramente expressou sua descrença em um sistema admitido por aqueles incumbidos do poder executivo, ao mesmo tempo não usando qualquer método de divulgação senão aqueles concedidos pela razão, essa coerção por certo seria eminentemente desumana e imoral; e a suposição de que qualquer revelação de um poder desconhecido consiga atenuar uma perseguição tão insensata, não provocada e indefensável é destruir ao mesmo tempo a barreira que a razão coloca entre o vício e a virtude, e deixar ao fanatismo sem princípios um argumento pelo qual pode desculpar todo ato de frenesi engendrado por suas próprias paixões selvagens, e não pelas inspirações da divindade.

As qualidades morais são tais que apenas um ser humano pode possuí-las. Atribuí-las ao espírito do universo, ou supor que este é capaz de alterá-las, é degradar Deus à categoria de homem e vincular a esse ser incompreensível qualidades incompatíveis com qualquer definição *possível* de sua natureza. Aqui se poderia objetar: o criador não deveria possuir as perfeições da criatura? Não. Atribuir a Deus as qualidades morais do homem é supô-lo suscetível de paixões que, decorrentes da organização corpórea, é evidente que um puro espírito não pode possuir. Um urso não é perfeito a não ser que seja bruto, um tigre não é perfeito se não for voraz, um elefante não é perfeito se não for dócil. Quão *profunda* não teria de ser a argumentação que prova que a deidade é tão bruta quanto um urso, tão voraz quanto um tigre e tão dócil quanto um elefante! Mas mesmo supondo com o vulgo que Deus seja um venerável ancião, sentado num trono de nuvens, que seu peito seja o teatro de várias paixões análogas às da humanidade, que sua

vontade seja mutável e incerta como a de um rei terreno – ainda assim, bondade e justiça são qualidades que raro lhe são negadas nominalmente e se admitirá que ele desaprove qualquer ação incompatível com essas qualidades. A perseguição por motivos de opinião é injusta. Com que coerência, então, podem os adoradores de uma deidade, cuja benevolência alardeiam, amargar a existência de seu semelhante porque suas ideias dessa deidade são diferentes daquelas que eles sustentam? – Ai de mim! Não há coerência naqueles perseguidores que adoram uma deidade benevolente; apenas aqueles que adorassem um demônio agiriam em consonância com esses princípios, aprisionando e torturando em seu nome.

Perseguição é o único nome aplicável à punição infligida a um indivíduo em consequência de suas opiniões. – Que fim a perseguição se propõe atender? Consegue convencer aquele a quem prejudica? Consegue provar ao povo a falsidade das opiniões dele? Pode torná-lo hipócrita e tornar covardes os perseguidores, mas meios ruins não podem promover um bom fim. A mente sem preconceitos olha com desconfiança para uma doutrina que precisa da mão apoiadora do poder.

Sócrates foi envenenado porque ousou combater as superstições degradantes com que seus compatriotas eram educados. Não muito tempo após sua morte, Atenas reconheceu a injustiça de sua sentença; seu acusador, Melitus, foi condenado, e Sócrates se tornou um semideus.

Jesus Cristo foi crucificado porque tentou substituir o ritual de Moisés por regulamentos mais morais e humanos – seu próprio juiz reconheceu publicamente sua inocência, mas uma multidão fanática e ignorante exigiu o feito de horror. – Barrabás, o assassino e traidor, foi solto. O brando reformador, Jesus, foi imolado à deidade sanguinária dos judeus. O tempo passou, o tempo mudou as situações e, com elas, as opiniões dos homens.

O vulgo, sempre nos extremos, persuadiu-se de que a crucificação de Jesus era um evento sobrenatural, e os testemunhos de milagres, tão frequentes em eras pouco esclarecidas, não deixaram de provar que ele era algo divino. Essa crença, passando

pelo lapso de eras, adquiriu força e extensão, até que a divindade de Jesus se tornou um dogma cuja contestação significava a morte, cuja dúvida significava a infâmia.

O *cristianismo* é agora a religião estabelecida; aquele que tenta refutá-lo deve considerar que os assassinos e os traidores têm precedência sobre ele na opinião pública, embora, se seu gênio for igual à sua coragem, e, auxiliado por uma peculiar coalizão de circunstâncias, eras futuras possam vir a exaltá-lo como uma divindade e a perseguir outros em seu nome como ele foi perseguido em nome de seu predecessor, na reverência do mundo.

Os mesmos meios que apoiaram todas as outras crenças populares apoiaram o cristianismo. Guerra, prisão, assassinato e falsidade; feitos de atrocidade incomparável e sem precedentes fizeram dele o que é. Herdamos de nossos ancestrais uma crença assim cultivada e fortalecida. – Disputamos, perseguimos e odiamos por sua subsistência. – A analogia favorece a opinião de que se ele ascendeu e se expandiu como outros sistemas, então, como eles, decairá e perecerá; que, se a violência e a mentira, e não o raciocínio e a persuasão, conseguiram sua admissão entre a humanidade, então, quando o entusiasmo tiver se apaziguado, e o tempo, esse infalível contestador de falsas opiniões, tiver envolvido suas pretensas evidências nas trevas da antiguidade, ele se tornará obsoleto, e os homens então rirão com vontade da graça, da fé, da redenção e do pecado original, assim como o fazem agora das metamorfoses de Júpiter, dos milagres dos santos romanos, da eficácia da feitiçaria e da aparição dos espíritos dos mortos.

Tivesse a religião cristã iniciado e continuado pela mera força do raciocínio e da persuasão, por sua excelência e aptidão autoevidentes, a analogia precedente seria inadmissível. Nunca deveríamos especular sobre a futura obsolescência de um sistema perfeitamente compatível com a natureza e a razão. Ele resistiria tanto quanto elas resistissem, seria uma verdade tão indisputável quanto a luz do sol, a criminalidade do assassinato e outros fatos, físicos e morais, que, dependentes da nossa organização e de situações relativas, devem permanecer reconhecidos enquanto o homem for homem. – É um fato incontroverso, cuja consideração

deve reprimir as conclusões precipitadas da credulidade, ou moderar sua obstinação em mantê-las, que, se os judeus não tivessem sido uma raça de homens bárbara e fanática, se até mesmo a resolução de Pôncio Pilatos tivesse sido equivalente à sua franqueza, a religião cristã nunca poderia ter prevalecido, não poderia sequer ter existido. Homem! O fato de a mera existência de tuas mais caras opiniões depender de um fio tão frágil, surgir de uma fonte tão duvidosa, ensina ao menos a humildade; reconheça ao menos que é possível que também tenhas sido seduzido pela educação e pelas circunstâncias a admitir princípios desprovidos de prova racional e cuja verdade ainda não foi satisfatoriamente demonstrada. Reconheça ao menos que a falsidade da opinião de teu irmão não é razão suficiente para que ele mereça teu ódio. – Quê! Porque teu semelhante contesta a razoabilidade da tua fé, tu o castigarás com tortura e prisão? Se a perseguição por opiniões religiosas fosse admitida pelo moralista, que ampla porta não se abriria pela qual convulsionários¹¹ de todo tipo poderiam fazer incursões contra a paz da sociedade! Quantos atos de barbárie e de sangue não receberiam uma sanção! – Eu, porém, perguntarei se não tem mais direito ao respeito do que à desaprovação da sociedade o homem que, ao contestar uma doutrina recebida, ou prova sua falsidade e inutilidade, visando por meio disso a abolição do que é falso e inútil, ou oferece a seus adeptos uma oportunidade de estabelecer sua excelência e verdade. – Certamente isso não pode ser crime. Certamente, o indivíduo que devota seu tempo à investigação destemida e irrestrita das grandes questões decorrentes de nossa natureza moral, deve antes receber a proteção do que encontrar a vingança de uma legislatura esclarecida. Gostaria que soubesses, milorde, que grilhões de ferro não podem prender ou subjugar a alma da virtude. Das névoas e da solidão de sua masmorra, ela ascende livre e destemida para onde tu, do pomposo assento do julgamento, não ousas elevar-te. Não o advirto a tomar cuidado para que sua fé de cristão não o faça esquecer-se de que é um

¹¹ Fanáticos franceses do partido jansenista que se tomavam de convulsões diante do túmulo do diácono Paris (1727 a 1732). (N.T.)

homem; – mas advirto-o contra precipitar aquele período que, sob o atual sistema coercitivo, está amadurecendo muito rapidamente, quando os assentos da justiça serão os assentos da venalidade e da escravidão, e as celas de Newgate se tornarão a morada de tudo o que é honroso e verdadeiro.

Não pretendo comparar o sr. Eaton a Sócrates ou a Jesus; ele é um homem de caráter irrepreensível e respeitável, é um cidadão não implicado em crimes; se, por conseguinte, seus direitos como cidadão e homem foram infringidos, foram-no por violência ilegal e imoral. Afirmarei, porém, que se um segundo Jesus surgisse entre os homens, se alguém como Sócrates iluminasse novamente a Terra, o encarceramento prolongado e a punição infame (de acordo com o regime de perseguição revivido por vossa senhoria) realizariam o que a cicuta e a cruz realizaram outrora, e a mancha no caráter nacional, assim como aquela de Atenas e a da Judéia, permaneceria indelével, a não ser que fosse destruída a história em que está registrada. Caso a religião cristã viesse a desaparecer da Terra, caso sua memória permanecesse como a do politeísmo agora, mas permanecesse apenas como objeto de zombaria e pasmo, a posteridade indignada vincularia uma infâmia imortal a tal ultraje; como o assassinato de Sócrates, isso asseguraria a execração de todas as eras.

As horríveis e dispendiosas monstruosidades que brilham como cometas pela escuridão das eras góticas e supersticiosas são consideradas pelo moralista como nada além de efeitos necessários de causas conhecidas; contudo, quando uma era e uma nação iluminadas se distinguem por um feito, convertendo-se em nada mais do que bárbaros e fanáticos, a própria filosofia é induzida a duvidar se a natureza humana alguma vez emergirá da mesquinhez e da imbecilidade de sua infância. O sistema de perseguição em cujo novo nascimento o senhor, milorde, é uma das parteiras a presidir, não é mais impotente e perverso do que inconsistente. As editoras estão abarrotadas com o que se chama (ironicamente, eu deveria imaginar) de *provas* da religião cristã: esses livros estão repletos de invectivas e calúnias contra os infiéis, eles pressupõem que aquele que rejeita o cristianismo tem de ser totalmente despojado

da razão e do sentimento. Eles promovem as afirmações mais infundadas e tomam como princípios essenciais os dogmas mais revoltantes. As inferências extraídas dessas supostas premissas são impressionantemente lógicas e corretas; mas se uma fundação é fraca, não se precisa de arquiteto para prever a instabilidade da superestrutura. – Se a verdade do cristianismo não é discutível, com que finalidade esses livros são escritos? Se são suficientes para prová-la, que necessidade adicional de controvérsia? *Se Deus falou, por que o universo não está convencido?* Se a religião cristã requer um saber mais profundo, mais trabalhoso, para estabelecer sua genuinidade, por que tentar obter pela força aquilo que a mente humana só pode efetuar com satisfação a si própria? Se, por fim, sua verdade *não pode* ser demonstrada, por que impotentemente empenhar-se em arrebatá-lo de Deus o governo da sua criação e impiamente afirmar que o Espírito da Benevolência abandonou esse conhecimento mais essencial para o bem-estar do homem, o único que, desde sua difusão, tem sido o objeto de incessante cavilação, a causa de ódio irreconciliável? – Ou a religião cristã é verdadeira, ou não é. Se for verdadeira, vem de Deus, e sua autenticidade pode admitir a dúvida e a disputa só até onde seu Autor Onipotente está disposto a permitir; – se for verdadeira, admite uma prova racional, e é suscetível de ser colocada igualmente fora do alcance da controvérsia, como os princípios que foram estabelecidos a respeito da matéria e da mente por Locke e Newton; e, em proporção com a utilidade do fato em debate, deve-se supor que um ser benevolente esteja ansioso por obter a difusão de seu conhecimento sobre a Terra. – Se falsa, certamente nenhuma legislatura esclarecida puniria o raciocinador que se opõe a um sistema tão mais fatal e pernicioso quanto extensamente admitido; tão mais produtor de consequências absurdas e ruinosas quanto entrelaçado pela educação, com os preconceitos e os afetos do coração humano, na forma de uma crença popular.

Vamos supor que algum filósofo tolo afirme que a Terra seja o centro do universo, ou que as ideias possam entrar na mente humana independentemente da sensação ou da reflexão. Este homem asseveraria o que é comprovadamente incorreto; – ele

divulgaria uma opinião falsa. No entanto, mereceria por essa razão o pelourinho e o encarceramento? De forma alguma; provavelmente poucos cumpririam mais corretamente os deveres de um cidadão e de um homem. Admito que o caso acima exposto não esteja precisamente em questão. A parcela pensante da comunidade não recebeu a verdade do cristianismo como se fosse tão indiscutível como a do sistema newtoniano. Uma porção muito grande da sociedade, e é aquela vigorosa e amplamente unida, deriva seu único consolo da crença no cristianismo, uma fé popular.

Torturar e aprisionar o defensor de um dogma, por mais ridículo e falso que seja, é altamente bárbaro e impolítico: – como, então, a crueldade da perseguição não se agrava quando é dirigida contra o opositor de uma opinião *ainda em disputa*, e cujos homens de aptidões incomparáveis, gênio penetrante e virtude imaculada despenderam e finalmente sacrificaram suas vidas no combate?

Aproxima-se rapidamente o tempo – espero que o senhor, milorde, possa viver para contemplar sua chegada – em que o maometano, o judeu, o cristão, o deísta e o ateu viverão juntos numa única comunidade, compartilhando igualmente os benefícios que provêm de sua associação e reunidos pelos vínculos da caridade e do amor fraterno. – Milorde, o senhor condenou um homem inocente – crime algum lhe foi imputado – e o sentenciou à tortura e à prisão. Não lhe dirigi esta carta com a esperança de convencê-lo de que o senhor agiu errado. Os homens mais desprovidos de princípios e mais bárbaros não estão desprovidos de sofismas para provar que não teriam agido de outra maneira e para demonstrar que vício é virtude. Mas elevo minha voz solitária, até onde ela alcança, para expressar minha desaprovação quanto à sentença cruel e injusta que o senhor pronunciou contra o sr. Eaton, para afirmar, até onde sou capaz de exercer influência, aqueles direitos da humanidade que o senhor arbitrariamente e ilegalmente infringiu.

Milorde,
Seu etc.

Referência

SHELLEY, P. B. A Letter to Lord Ellenborough. In: _____.
Selected Prose Works of Shelley. Org. Henry S. Salt. London:
Watts, 1915, p. 15-31.